

| 21 | REDE DE POLÍTICA PÚBLICA

Sônia Maria Taddei Ferraz

A proposta desta sessão livre é apresentar o resultado da pesquisa de diferentes laboratórios dedicados ao exame da política pública no contexto de uma sociedade informatizada e globalizada, nasce de uma percepção que reconhece o campo da política pública por novas transversalidades disciplinares e institucionais. Esse é o seu desígnio – desenhar a complexidade das relações que conformam o campo e definem formas alternativas para pensar a ação de diferentes atores associados e dedicados à concepção e implementação de políticas públicas.

Esse ponto de partida é importante porque está associado à compreensão que reconhece a política como a ação de atores que se origina tanto na política governamental, nas suas diferentes burocracias, quanto na política das organizações sociais – partidos políticos, sindicatos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, enfim, pessoas. Ou seja, compreende-se a política pública como a capacidade de produzir uma ação em benefício dos interesses públicos, o que afasta a forma de pensá-la como resultado de uma ação apenas originada nas organizações governamentais.

O ponto de inflexão da proposta reconhece uma tensão conceitual entre planejamento urbano e política pública. O planejamento urbano é um campo que se refere à capacidade de pensar o futuro do espaço, quando se valoriza o instrumento de plano diretor, e outros, dentro do qual se estabelece uma hierarquia que contempla a dimensão material, aquela que é produzida pela dimensão econômica. Quando nos referimos à política pública, estamos falando de programas de ação que vão além da dimensão visível e tangível do espaço urbano, pois lidam com o processo de produção e apropriação do quadro edificado, com a legislação urbana e a distribuição da população no espaço.

A proposta analítica é ir além da dimensão econômica e da intervenção do poder burocrático, para compreender a complexidade do processo espacial como resultante da dimensão relacional entre as pessoas e os grupos sociais aos quais elas pertencem. Isso significa que devemos examinar suas múltiplas dimensões, instrumentais ou relacionais. Compreende-se que o espaço urbano é produto de uma ação complexa de produção contínua, que exige para sua análise a compreensão de toda ação pública e privada na produção e apropriação do mesmo.

A sessão está organizada em três partes. Na primeira parte são identificados, documentados e analisados os programas, processos decisórios e objetos de ação dos diferentes atores no contexto da globalização e seus efeitos sobre a existência social no espaço urbano. A segunda parte examina diferentes programas, planos e projetos dedicados à concepção e implementação de política pública e seus resultados sobre o processo espacial, para realizar, na terceira parte, a tarefa de compreender as redes sociais e as formas da coesão social por mediação tecnológica reconhecida em organizações públicas e privadas, bem como em instituições de pesquisa.

As três partes estão entrelaçadas: a primeira é dedicada à análise da política pública como categoria que compreende diferentes esferas de ação – política urbana e cultural, local e ambiental. Na segunda parte é examinada a política pública de desenvolvimento econômico, como grandes empreendimentos e planos de ação do Estado, e seus efeitos sobre o território. A terceira parte busca compreender o papel da tecnologia na transformação da coesão social a fim de avaliar seus efeitos sobre as formas de organização do território.

PACIFICAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO NO RIO OLÍMPICO

Tamara Tânia Cohen Egler, Aldenilson S. V. Costa

Resumo

Esse artigo está associado à percepção que considera o importante papel das redes na atualidade. É nosso objetivo revelar como a rede sociotécnica associa corporações, governos locais, empresas capitalistas, agências de turismo, organizações sociais que tem por objeto ação a realização de megaeventos, como os Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro. A análise apresenta as formas particulares de expropriação no contexto da globalização. O artigo busca analisar como essa rede sociotécnica se forma, como ela atua na formulação de diferentes processos e quais são os resultados de sua ação, para alcançar os seguintes objetivos:

- Identificar e mapear a estratégia, a política da rede organizada em torno dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro.
- Montar um quebra-cabeça para representar a localização dos equipamentos para a realização dos jogos, a remoção de comunidades e a implementação da política de segurança pública,
- Examinar seus efeitos sobre o mercado imobiliário
- Analisar os efeitos sobre a vida dos moradores

Os resultados revelam as de formas complexas de expropriação sendo o objeto de apropriação para a satisfação simbólica imaterial. A rede que condensa interesses econômicos e políticos, tem uma ação singular e plural ao mesmo tempo. O processo de expropriação acontece sobre a sociedade como um todo, mescla, investimentos de governos locais e acumulação de elites globais seus resultados podem ser lidos na elevação do preço da terra, na remoção da população pobre para longínquas periferias, e na transformação do Rio em cidade para ricos.

Palavras-chave: mega eventos, rede, Rio de Janeiro

ROYALTIES, CULTURA E EDUCAÇÃO SUPERIOR NAS MAIS RICAS CIDADES DO PETRÓLEO NO BRASIL

Elzira Lúcia Oliveira, Elis de Araújo Miranda, Raul Reis Amorim

Resumo

O efeito de mais de trinta anos da instalação da indústria petrolífera na região norte do Estado do Rio de Janeiro, pode ser notado pela profunda reestruturação econômica e territorial. Mudanças no perfil educacional da população, gera novas demandas em todos os setores, especialmente o setor cultural, cuja demanda se diversifica: espetáculos teatrais, música, museus, exposições e outras manifestações culturais. Nos anos recentes, vários pesquisadores têm dedicado especial atenção à importância do setor cultural na economia, com estudos focados no que alguns denominam economia da cultura e outros economia criativa, conforme Marchiori (2007) que apresenta diversas abordagens. O governo local poderia ser um importante agente para a produção de educação e cultura. Este trabalho tem por objetivo construir um indicador multidimensional de cultura e educação para os municípios que são beneficiados com recursos extraordinários vis-a-vis aos municípios não

recebedores. O aumento da população com curso superior, aumenta a demanda por eventos culturais e que, assim, haveria um aumento dos investimentos e gastos públicos com novas estruturas, eventos e projetos culturais.

Palavras-chave: política, cultura, Rio de Janeiro

DESENVOLVIMENTO E CULTURA: PARÂMETROS PARA A REFLEXÃO DESSA COMPLEXA RELAÇÃO

Cláudia Ribeiro Pfeiffer

Resumo

Esse texto, de caráter exploratório, tem por finalidade apresentar subsídios que contribuam para fundamentar a construção de posicionamentos teóricos, criteriosos, sobre a complexa relação entre desenvolvimento e cultura. Especificamente, sobre a necessidade e as possibilidades de desenvolvimento em locais ainda não inseridos, de forma competitiva, nos espaços econômicos globais; ou, em outros termos, em locais nos quais a (s) “cultura” (s) não esteja (m) completamente submetida (s) à lógica capitalista.

Ele é produto de reflexões desencadeadas a partir do debate acadêmico, internacional e nacional, sobre as possibilidades e limites de desenvolvimento econômico local, em contexto de globalização da economia.

A autora parte do pressuposto de que um posicionamento criterioso sobre as necessidades e/ou possibilidades de desenvolvimento – e não apenas de desenvolvimento econômico – em locais com as características acima destacadas, passa pela explicitação do que se entende por cultura e desenvolvimento, vocábulos polissêmicos. E no sentido de contribuir para sua construção, apresenta: (i) conceitos de cultura e concepções de desenvolvimento, presentes na literatura sobre o tema; (ii) os conceitos de cultura e desenvolvimento que adota em suas reflexões; (iii) seu posicionamento atual em relação ao assunto.

Palavras-chave: política, desenvolvimento social, Rio de Janeiro

O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RIO DE JANEIRO (2006-2016) POSTO A PERDER: A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS TERRITORIAIS E DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO COMPROMETENDO A POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO

Floriano José Godinho de Oliveira

Resumo

Os ajustes produzidos pelo sistema capitalista para ampliar as formas de exploração e acumulação, hoje, passam por delinear novos usos do território e formas de relacionamento com os sujeitos que dominam politicamente as regiões de interesse do capital corporativo. Novos conceitos são então forjados, como: Desenvolvimento sustentável, Desenvolvimento

local, Planos estratégicos, Governança, Renúncias fiscais, Guerra dos lugares. Todo esse novo arcabouço conceitual e teórico apenas para ofuscar essas novas estratégias.

É nesse quadro estrutural e conjuntural que devemos analisar as políticas públicas de administração e controle do território do Estado do Rio, na medida em que o território está sendo negociado com diferentes capitais, para ampliação da exploração mineral, instalações de bases logísticas, redes técnicas, instituição de remoções de habitações de áreas infraestruturadas para as periferias distantes. Enfim, território usado para o crescimento econômico com forte comprometimento de um possível desenvolvimento social.

A avaliação desse conjunto de investimentos – algo em torno de 182 bilhões no triênio 2012-2014, segundo a Firjan, precisa ser realizada com base na totalidade em todo o estado e não nos deixarmos levar pela base discursiva de que tudo está sendo realizado para a instituição da infraestrutura necessária a preparar o estado para a realização da Copa de futebol e as olimpíadas. Esse argumento não passa de uma “cortina de fumaça”, para justificar o verdadeiro crime contra os interesses da população que estamos presenciando nesse início de século. Pretendemos, com essa comunicação apresentar algumas evidências e proposições analíticas desse quadro de degradação do território fluminense.

Palavras-chave: crescimento econômico, desenvolvimento social , Rio de Janeiro

PLATAFORMAS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO COMO ELEMENTO DE INTERAÇÃO, COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO EM REDES DE PESQUISADORES

Cláudia Maria Lima Werner, Fabiana Mabel A. de Oliveira

Resumo

Sistemas de informação constituem, atualmente, artefatos indispensáveis para a sociedade moderna, atendendo aos mais diversos domínios de aplicação, como educação, saúde, engenharia, gestão pública etc. No contexto da rede mundial de computadores, estes sistemas possuem forte aplicação para a gestão de conteúdo na Web. Diante disso, uma boa compreensão sobre fundamentos e infraestruturas tecnológicas bem como de redes sociais é requerido para criar plataformas com o objetivo de maximizar o compartilhamento de conhecimento, por exemplo, em redes de pesquisadores. Dessa forma, podem-se compreender melhor os limites e possibilidades enfrentados na produção e sustentabilidade de iniciativas de interação virtual.

Um sistema de informação é composto por um sub-sistema social e por um sub-sistema automatizado. O primeiro inclui pessoas, processos, informações e documentos. O segundo consiste dos meios automatizados (i.e., máquinas, computadores, redes de comunicação etc.) que interligam os elementos do sub-sistema social. Ainda, o projeto e desenvolvimento das plataformas desses sistemas devem promover a troca de informações, recursos e artefatos, buscando a interação, cooperação e colaboração entre os indivíduos da rede.

Neste sentido, nossa intervenção tem como objetivo discutir o papel de plataformas de sistemas de informação como elementos essenciais para a construção de redes de pesquisadores, ilustrando nosso discurso através da experiência de construção e utilização da plataforma Rede de Políticas Públicas (RPP).

Palavras-chave: sistemas colaborativos, plataforma interativa, rede de políticas públicas